

TRIBUNAL
DE
CONTAS
DO
DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Conselheira
Marli
Vinhadeli

Fls: _____ TCDF
Proc: _____

Rubrica

Processo: 1719/93A

Origem: Ministério Público junto a esta Corte

Natureza: Representação - Contratação Temporária

Autuação: 31.03.93

TRIBUNAL
DE
CONTAS
DO
DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Conselheira
Marli
Vinhadeli

Ementa

1. Representação nº 002/93 do Ministério Público, versando sobre a inconstitucionalidade das contratações temporárias de excepcional interesse público, efetivadas com amparo na Lei nº 418/93.
2. Sobrestamento da apreciação da matéria, até o julgamento final pelo STF da ADin nº 890-1. Expedição do Ofício GP-Circular nº 008/94, comunicando às jurisdicionadas que as contratações temporárias com fulcro na Lei nº 418/93 estariam suspensas, a partir da concessão da liminar, dada em 01.02.94 - Decisão nº 4540/94 (fl.126).
3. Representação nº 01/94 do Ministério Público, questionando o Decreto nº 15.472/94.
4. Estudos sobre o cabimento do item V do art. 2º da Lei nº 1.169/96 (fl. 155).
5. Instrução e MP posicionando-se pela regularidade dos termos do inciso V do art. 2º, da Lei nº 1.167, de 24.07.96.

RELATÓRIO

Versam os autos, inicialmente, sobre as Representações nºs 02/93 e 01/94 do Ministério Público (fls. 01/09 e 92/95), da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de O. Pereira, buscando posicionamento da Corte a respeito dos termos da Lei nº 418/93 e do Decreto nº 15.472/94.

2. Em Sessão de 13.09.94 (Decisão nº 4540/94, fl. 126), o Tribunal, acompanhando voto proferido pelo Conselheiro Ronaldo Costa Couto, decidiu:

“a) manter sobrestado o processo até o julgamento final da ADIN 890-1;

b) omissis

c) determinar a expedição de ofício-circular a todos os órgãos e entidades jurisdicionados, declarando que as contratações temporárias com base na Lei nº 418/93 estão suspensas a partir da concessão da liminar pelo STF, em sessão de 01.02.94.”.

3. Diante de nova participação do Ministério Público (fl. 135), a Unidade Técnica, mercê da informação de fls. 141/144, propôs que se tomasse conhecimento do expediente da douta Procuradoria e que se mantivesse suspensa a avaliação do processo, no aguardo do julgamento final da Adin nº 890-1 e da decisão final da Corte no Processo nº 3275/96 (aplicabilidade de legislação federal no DF).

4. Por meio de novo expediente, fls. 146/148, a digna Procuradora Cláudia Fernanda de O. Pereira, reportou-se à edição da Lei nº 1.169/96, que veio disciplinar a contratação de pessoal por prazo determinado.

5. Em Sessão de 12.11.96, o Tribunal, conhecendo dos Ofícios de nºs 144/95-PG e 363/96-PG (fls. 135/136 e 146/148) e acolhendo voto que proferi, autorizou a 4ª ICE a realizar estudos sobre o cabimento do item V do art. 2º da Lei nº 1.169/96, adotando, como subsídio, a situação apurada no Processo nº 3065/95 e em seu apenso de nº 499/96.

6. Realizados os estudos, a Unidade Técnica, após trazer aos autos judiciosos posicionamentos a respeito da matéria em exame e tendo em conta a situação apurada no Processo nº 3065/95, entende cabíveis os termos do inciso V do art. 2º da Lei Distrital nº 1.169, de 24.07.96.

7. Chamado a se pronunciar nos autos, o douto Ministério Público endossa as conclusões oferecidas pela 4ª ICE.

VOTO

8. Como bem salientou o Conselheiro Ronaldo Costa Couto, então Relator deste processo (Sessão de 13.09.94, fls. 119/125), a matéria tratada nestes autos, aparentemente uma, desdobrava-se em dois aspectos distintos, embora possuíssem um núcleo comum - a contratação temporária - cada um desses aspectos possuindo denotação própria: a Lei nº 418/93, na Administração Indireta, e o Decreto nº 15.472/94, na Administração Direta.

9. Acrescente-se a estes aspectos o estudo levado a efeito pela 4ª ICE sobre dispositivo da Lei nº 1.169/96, em atendimento à Decisão Plenária nº 10027/96.

10. Em relação ao assunto tratado na Representação nº 02/93 (Lei nº 418/93), entendo que, tendo sido editada a Lei local nº 1.169/96, não há mais razão para o sobrestamento da apreciação da matéria, vez que a própria Decisão de nº 4540/94 considerou suspensas todas as contratações com fulcro na norma inquinada de inconstitucionalidade, a partir da data da concessão de liminar na Adin nº 890-1 pelo STF.

11. Quanto ao Decreto nº 15.472/94, questionado na Representação nº 01/94 do MP, é certo que a Câmara Legislativa, conquanto este tenha extrapolado a competência do Executivo, disciplinando matéria de cunho eminentemente legislativo (artigo 19, VIII, da LODEF), não levou adiante Projeto Legislativo (fls.108/109) que visava exatamente sustar os efeitos do retrocitado dispositivo regulamentar, talvez ciente das necessidades prementes, à época, de pessoal do GDF, e, assim não o fazendo, descabe, no meu entender, qualquer outra manifestação Plenária a respeito.

12. A própria Procuradora, signatária da Representação nº 01/94 tem como satisfeita ***“a Representação nº 01/94, posto que foi devidamente encaminhado o tema por meio de lei, em substituição ao Decreto já citado”***(fls. 146/148).

13. Sobre o estudo realizado pela instrução, merecedor do meu entusiasmado aplauso e de ratificação do MP, entendo que, uma vez tratando de matéria atinente aos autos de nº 5070/92, deve, por isso mesmo, servir de subsídio à apreciação daquele processo.

Nesse sentido, VOTO por que o egrégio Plenário:

1 - conhecendo dos estudos realizados pela 4ª ICE, em atendimento à Decisão nº 10027/96, considere regulares os termos do inciso V do artigo 2º da Lei nº 1.169, de 24.07.96; e

2 - autorize a juntada dos presentes autos ao Processo nº 5070/92, como forma de subsidiar a discussão nele travada.

Sala das Sessões em 26 de novembro de 1997.

Marli Vinhadeli
Conselheira

(cód. 04)